



Região Autónoma
da Madeira
Governo Regional

Secretaria Regional
de Educação

IntervIRE

BOLETIM INFORMATIVO

INSPEÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO

RAM

ISSN: 2184-397X

2.º
semestre

14

2022

Edição n.º 14

Índice

Editorial

Atividade Inspetiva

Em Revista...

A Voz da Investigação

– Fado da Avaliação

Aconteceu

Brevemente

Sugestões de Leitura

Editorial



Jorge Morgado

Inspeção Regional de Educação

O título que dá mote ao texto de fundo desta edição do nosso boletim eletrónico IntervIRE não poderia ter sido melhor escolhido: O Fado da Avaliação.

O fado transporta-nos para o imaginário do destino, do fadário, quiçá, como refere o dicionário Priberam, Força superior que se crê controlar todos os acontecimentos.

Mas será fadário que os alunos “conheçam o que têm de aprender no final de um dado período de tempo, que conheçam a situação em que se encontram quanto às aprendizagens que têm de desenvolver, que conheçam os esforços que têm de fazer para aprenderem o que está previsto e descrito nos documentos curriculares?”

Afinal...é assim tão difícil transformar a avaliação num elemento fundamental da melhoria da aprendizagem das nossas crianças e alunos?

É claro que também serve para fazermos um ponto de situação, acerca do que os

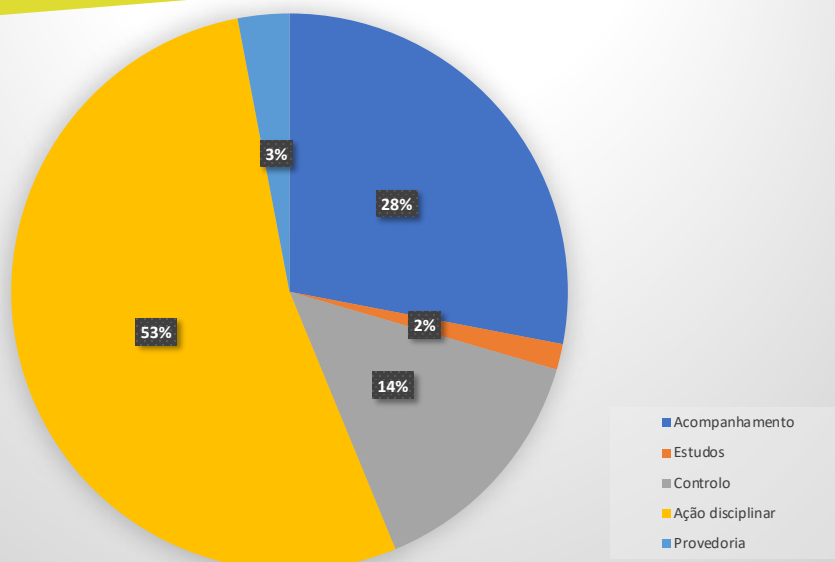
alunos sabem e são capazes de fazer no final de uma unidade didática, por exemplo, enfim, e não terão os resultados desta avaliação, também, fins formativos?

Porque será que confundimos tanto a função administrativa de classificar com a função pedagógica de avaliar?

Impõe-se, pois, um novo olhar para o processo avaliativo dos alunos, numa dimensão que se não esgote na classificação e certificação, mas que promova a melhoria das aprendizagens.

Deixo ao leitor destas páginas esta pequena reflexão e todas as outras que porventura surgirão e recorro ao desenho a lápis de cor de Vinícius de Moraes em Aquarela, quando ele mergulha no imaginário Infantil mais puro, onde em “cinco ou seis retas”, é “fácil fazer um castelo” e com “um simples compasso, num círculo” se faz “o mundo”!

Atividade Inspetiva



A atividade inspetiva mantém a tendência dos últimos anos com o programa de ação disciplinar a ocupar a maior parte do tempo despendido pelos inspetores.

Os objetivos deste programa são, *grosso modo*, os seguintes: verificar a conformidade das práticas com o respetivo enquadramento legal, apurar eventuais responsabilidades disciplinares decorrentes de procedimentos desencadeados, quer por solicitação externa, quer na decorrência de ações inspetivas, salvaguardar a defesa e a promoção dos direitos e interesses legítimos da comunidade educativa, com vista à salvaguarda da justiça e equidade, encaminhar para os organismos competentes as situações expostas ou denunciadas cujo foro não se enquadre nas atribuições da IRE.

Dentro deste programa são desenvolvidas as seguintes atividades: Processos de inquérito, disciplinares e apoio às escolas em matéria disciplinar.

Se às atividades de ação disciplinar somarmos o tempo despendido em provedoria, então podemos dizer que estas duas atividades ocuparam 56% do tempo dos inspetores.

Sublinhe-se que toda a atividade de ação disciplinar desenvolvida foi por solicitação externa.

O programa de acompanhamento foi o que ocupou, depois da ação disciplinar o maior número de dias de trabalho desenvolvido.

Recorde-se que este programa contém duas atividades, o desenvolvimento das aprendizagens e o acompanhamento da operacionalização das recomendações e tem como objetivos

centrais: Acompanhar, de forma regular, a ação educativa das escolas, através de uma ação interativa de observação, fundamental para o desenvolvimento qualitativo da educação, caracterizar a ação das escolas, identificando as áreas de desempenho e os fatores que manifestem inviabilidade ou constrangimentos que careçam de apoio e salvaguardar a qualidade dos serviços prestados, bem como a homogeneidade de tratamento dos alunos tendo em vista o estabelecimento de normas de regulamentação técnica de apoio.

O controlo, distribuído pelas atividades de avaliação externa das aprendizagens, condições de funcionamento do ano letivo e organização e ambiente de controlo dos estabelecimentos de ensino ocupou 14% dos dias de trabalho dos inspetores.

Em Revista...

A IRE na Assembleia Geral da Standing International Conference of inspectorates-SICI



Dunboyne Castle Hotel

A Inspeção Regional de Educação participou, através do seu diretor, na Assembleia Geral da SICI- Standing International Conference of inspectorates, que decorreu na Irlanda, nos dias 16, 17 e 18 de novembro. Esta participação assentou em diversas atividades, nomeadamente a visita a

duas escolas públicas e à conferência da SICI, propriamente dita, que teve como tema de fundo, “Contribution of Inspection to Equity and Excellence”.

A cerimónia de abertura foi presidida pela Ministra da Educação da Irlanda, que fez referência aos eventos promovidos pela SICI, entre os quais o da Madeira, realizado no Funchal

nos dias 30 e 31 de maio de 2019, sob o lema de “Strategies and obstacles for innovation, system-wide approach, co-creation”, e contou ainda com a presença do Presidente da SICI Tommy Lagergren e da Diretora da Inspeção da Irlanda, Yvonne Keating.

Dos trabalhos, realce para as seguintes comunicações e workshops:

Em Revista...

-Supporting equity and excellence
- Yvonne Keating, Chief Inspector, Ireland, Evaluating alternative education in Irish schools: Getting to the truth through connection - asking the right questions in the right way Frances Moss, Senior Post-primary Inspector; Liz O'Neill, Senior Post-primary Inspector, Inspectorate, Department of Education;

-Starting afresh: Building equity and excellence through co-designed inspections in Northern Ireland, Faustina Graham, Chief Inspector, Nicola Byrne, Assistant Chief Inspector and Barry O'Rourke, Assistant Chief Inspector, Education and Training Inspectorate;

-A collaboration involving the Inspectorate, teacher support service and post-primary schools to promote equity and excellence for learners during lower secondary curricular reform in Ireland, Declan Cahalane, Assistant Chief Inspector; Siobhan Broderick, Senior Inspector; Bernardine Nic Giolla Phádraig and Áine Woods, Junior Cycle for Teachers Support Service (JCT);

-Inspection as a key driver in tackling education disadvantage: Evaluating the Delivering Equality of Opportunity in Schools (DEIS) scheme in Irish schools, Brian Mac Giolla Phádraig, Assistant Chief Inspector; Carmel Donoghue,

Senior Post-primary Inspector, Inspectorate, Department of Education;

-Uma mesa redonda com todos os presents: Reflection and learning on the theme: Contribution of inspection to equity and excellence;

-Relationship between inspection and research Professor Chris Chapman, Chair of Educational Policy at the University of Glasgow

- Using research, de Inglaterra, Dr Verena Brähler, Deputy Director Research and Evaluation, Ofsted e do Luxemburgo Joa Baum, Directeur de l'Enseignement fondamental, Ministère de l'Éducation nationale, de l'Enfance et de la Jeunesse, da Noruega Ronny Alver Gursli, Senior Adviser, Inspection Department, Norwegian Directorate of Education and Training, da República Checa Dr. Dana Prazakova, Head of the Department of the Czech Inspectorate, da Holanda Klaus Bos, Program Manager, National Assessment Studies, Secondary Education.

Na Assembleia Geral foi aprovado o plano estratégico para 2021/2025, as atividades e cooperação entre os

membros da SICI, o calendário das atividades a desenvolver, o tema prioritário para 2023 - "Relationship between inspection and research", e o local de realização da assembleia geral de 2023, o País Basco.

Nas atividades a desenvolver, realce para o projeto da SICI "Network and Practice: The approach taken by European inspectorates and evaluation centres to monitor and assess the teaching of English as a foreign language" uma cooperação entre as inspeções de Portugal, Finlândia, França, Madeira e Escócia.

De sublinhar a realização no Funchal, nos dias 30 e 31 de março de 2023, de um dos workshops da SICI onde serão apresentados estudos e discutidas questões relativas ao tema para o ano de 2023 - "Relationship between inspection and research."

- Consultar IntervIRE- Boletim Informativo da Inspeção Regional de Educação, n.º 8, 2.º semestre de 2019, disponível em https://www.madeira.gov.pt/Portals/10/Documentos/IntervIRE_n8.pdf

O Fado da Avaliação

Silêncio, que se vai cantar o fado da avaliação

Foi o destino que me trouxe até aqui para falar de avaliação das e para as aprendizagens, o que para mim é falar de esperança. A esperança de que a escola mude quando mudarmos a forma de entendermos e praticarmos a avaliação e de que essa mudança não fique pelas margens do nosso quotidiano, mas que se conjugue com outras mudanças e torne a escola num lugar mais apazível, mais humanista, mais inclusivo e mais democrático. Uma mudança que urge em acontecer.

Avaliação é um assunto incontornável no nosso quotidiano profissional, que ultimamente tem sido muito debatido, nomeadamente no âmbito do desenvolvimento do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular. Na verdade, tem sido um grande desafio mudar as práticas avaliativas nas escolas portuguesas, pois como nos diz investigação realizada nas últimas décadas (v. Barreira & Pinto, 2005; Fernandes, 2009; Fernandes & Gaspar, 2014), as práticas de avaliação para as aprendizagens, isto é, com propósitos reguladores foram durante muito tempo apenas ocasionais, ainda que a legislação a tenha decretado e valorizado. Já nos dizia Perrenoud há décadas, que ‘mexer’ na avaliação é mexer em todo o edifício que é a escola (Perrenoud,

1999). Porém, a complexidade dessa mudança e da sua sustentação exigem uma multiplicidade de condições que ainda não se conseguiram concretizar. Talvez tenha finalmente chegado esse momento.

Segundo nos diz Álvarez Méndez, 2002:43), “As mudanças no processo de avaliação têm que ser parte de um programa muito mais amplo de inovação, incluindo tanto o currículo e didáctica como avaliação. Os três elementos, junto com os conteúdos da aprendizagem que abarcam, estão estrutural e funcionalmente relacionados.” Acontece que vivemos um tempo como não há memória, em que os normativos legais se

Tal como o fado, a avaliação chega a ser triste e solitária, mas pode não ser, é incompreendida, mas pode não ser, é ansiedade, mas pode não ser, é um momento, mas pode não ser, é uma sorte ou um azar, mas pode não ser, uma fatalidade que tem de acontecer, mas pode florir.



Olga Pinto Basto
Agrupamento de Escolas D. Maria II
olgamspb@gmail.com
-Braga-

conjugam e articulam como nunca para sustentar essa mudança, e induzem uma inovação que coloca a escola no trilho de uma mudança de figurino no seu interior, a meu ver com especial destaque para a mudança nas práticas avaliativas (Basto, 2021). Não podemos perder esta oportunidade. A mudança nas práticas avaliativas é uma causa que abraço há anos (Basto, 2010; 2014; 2017) e acredito que, agora sim, estamos na rota da inovação das práticas avaliativas. Acredito que a concretizar-se, é uma mudança que vai melhorar significativamente as aprendizagens dos alunos, sobretudo daqueles que têm mais dificuldade de aprendizagem, assim como acredito que vai melhorar os seus desempenhos em provas de avaliação externa, em especial pelas implicações da prática da avaliação de natureza formativa, tal como nos diz o importante estudo de Paul Black e Dylan Wiliam em 1998, baseado em investigação empírica realizada em vários países (in Fernandes, 2006:39). Acredito ainda

que é uma mudança que precisa de ser coletiva para ser efetiva, e que precisa de nascer no interior da escola. Esse é o meu fado.

De grande importância para essa mudança é o Projeto MAIA, pensado e concebido com o propósito primordial de contribuir para a melhoria das práticas pedagógicas das escolas e dos professores no domínio da avaliação das aprendizagens, e, por conseguinte, das aprendizagens dos alunos (Domingos, Machado & Candeias, 2020). É um projeto em desenvolvimento, desde setembro de 2019, que contribui, de forma intensa, para que se impulsionem processos de mudança internos nas escolas. Contempla uma forte dimensão de formação, promotora do desenvolvimento profissional e concretizada com a dinamização de oficinas de formação, onde através da reflexão conjunta, da partilha e debate de práticas e de textos de apoio, se procurou reconceitualizar conceitos e refazer práticas, e se orientou o desenho de Projetos de Intervenção a serem implementados nas escolas, pelos professores participantes. A partir desta dinâmica, foram criadas condições para uma mudança contextualizada, promotora de verdadeiras comunidades de aprendizagem, estando nas mãos dos professores nas escolas dar-lhe corpo. Sabendo que estes processos são complexos, exigentes e levam tempo, espero, vivamente, que o projeto MAIA tenha lançado a semente que há de florir e dar frutos. No âmbito do projeto MAIA, destaco os vários textos de apoio de carácter teórico e reflexivo

publicados, que são uma mais valia para os que queiram refletir e debater de forma mais aprofundada sobre questões relevantes que se colocam em torno da avaliação pedagógica, das suas ligações com o ensino e com a aprendizagem, com a pedagogia em geral e com o desenvolvimento do currículo.

Muitas vezes, o fado da avaliação é triste e solitário, quando não mudamos o que fazemos há anos sem pensar e continuamos a reproduzir os mesmos gestos herdados do passado, sem os questionar, como se fosse uma fatalidade. E quando assim é, vemos a avaliação quase exclusivamente como um meio de classificar os alunos e de os disciplinar, usando-a como uma arma para nos defendermos das investidas de alunos e encarregados de educação, e sentimo-nos sós, essa é a nossa sina. Igualmente os alunos ficam sós, com os seus receios de errar, com as suas ansiedades de não corresponderem à altura no momento de prestar prova. Mas se pensarmos que a avaliação pode ter outra função, que pode ir para além da classificação e certificação e ter como propósito conhecer melhor as aprendizagens dos alunos para os ajudar a melhorar essas aprendizagens, então naturalmente também iremos questionar o tipo de ensino que desenvolvemos e indagar sobre a articulação entre ensino, aprendizagem e avaliação. Nesse caso, somos levados a partilhar com outros o que fazemos, porque fazemos, que tarefas propor aos alunos para que aprendam melhor, que aspetos se avaliam, como articular o que se avalia com as classificações que

obrigatoriamente temos que atribuir no final do período, etc., e esse é outro fado, mais alegre, mais corradinho, mais crítico. É ver tudo por outro prisma. Digamos que é um caminho mais desafiador, menos rotineiro e que nos fará menos sós. É o caminho do diálogo, da partilha e da reflexão na ação e sobre a ação. É esse caminho que urge fazer e desbravar. Mas para que isso aconteça é preciso ver sentido nele. Pensar sobre o tipo de escola que queremos construir, sobre o tipo de professor que somos, sobre o cidadão que queremos formar e sobre os valores que defendemos e queremos promover. Se queremos formar o aluno do século XXI é preciso mudar este estado de coisas e romper com muitas amarras que nos limitam os movimentos, com o medo de falhar, com o medo de ousar inovar, com o medo de partilhar os nossos dilemas. Na verdade, vivemos um tempo, onde apesar das muitas incertezas sobre o futuro da escola, sabemos que tal como ela é, tem os dias contados, aliás, como nos diz Nóvoa (2019:2) “a escola parece perdida, inadaptada às circunstâncias do tempo presente, como se ainda não tivesse conseguido entrar no século XXI”. Vivemos um tempo, onde a cultura escolar dominante, precisa de se transformar para responder aos desafios que se colocam com as mudanças que se vão desenhando na sociedade. Não é mais razoável que as salas de aula sejam espaços onde a voz predominante seja a do professor, onde os alunos estejam sentados de costas uns para os outros a tirar apontamentos, numa configuração que não favorece a interação e a comunicação, onde o manual seja o guia para quase tudo o

que se faz, o recurso mais usado para planificar as tarefas de aprendizagem e o teste o instrumento de eleição para avaliar o que os alunos sabem e não sabem, esquecendo que com ele não se conseguem avaliar várias competências a desenvolver pelo aluno do século XXI, como se pretende com o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória - PASEO.

Quem tem unhas toca guitarra

No campo da avaliação das e para as aprendizagens, há ideias essenciais que é preciso conhecer, discutir, repensar e refazer. De todas elas, a que tem sido mais difícil de clarificar, é a distinção entre os conceitos de avaliação e de classificação. Muitos dirão que esse problema já está muito discutido, que tudo já foi dito e clarificado, que já todos sabemos que uma coisa é avaliar e outra é classificar, ou seja, de forma bastante sintética, dizemos que avaliar é um processo de recolha, tratamento e uso de informação e classificar é atribuir notas. Porém, na prática de sala de aula continua-se a querer registar tudo o que os alunos fazem e deixam de fazer para poder ter uma avaliação 'mais segura', e usa-se muito pouco essa informação para ajudar os alunos a aprender melhor, e, nesse caso, a preocupação com a classificação é que dita os passos e não a aprendizagem dos alunos. Na verdade, se a recolha de informação faz parte do processo de avaliação, numa perspetiva avaliativa ela só fará sentido se for usada para melhorar a qualidade dos processos, o que neste caso significa devolvê-la aos alunos, através de feedback útil para que possam melhorar as suas aprendizagens. Continua-se a

diversificar pouco os processos de recolha de informação, e utiliza-se a testagem nas suas diferentes formas, ainda que com mais frequência, como a principal forma de saber o que os alunos aprenderam, e não aprenderam. A intencionalidade é muitas vezes obter mais 'elementos' para classificar com mais justiça, e raramente se utiliza a informação recolhida para dar feedback útil e diferenciar o ensino, o que mais uma vez revela que a classificação se sobrepõe à regulação das aprendizagens e que continua a dar-se muito pouca atenção aos alunos que têm mais dificuldades. Melhor dizendo, não se utilizam os dados da avaliação para melhorar as aprendizagens dos alunos. Além disso, com esta escolha, revela-se ainda que há dimensões da aprendizagem que ou nunca são desenvolvidas ou se o são, não são avaliadas, visto que a testagem não o permite.

Na verdade, é muito importante refletirmos em conjunto sobre estas e outras contradições para iniciarmos o caminho da mudança nas nossas práticas, pois como dizia Freire (2008:39), "É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática". Voltando ao fado, que não existe sem a guitarra, também a avaliação fica mais pobre se não lhe conhecermos bem os contornos, questões relevantes que se colocam em torno dela, sem a consciência plena das suas potencialidades e dos seus constrangimentos. A dificuldade em mudar as práticas avaliativas é um fado que já se canta há muito. E também muito se tem feito ultimamente para que essa

mudança aconteça. Porém, sem termos uma consciência coletiva de quais são as cordas que temos que tocar para que o fado da avaliação deixe de ser melancólico e triste, uma fatalidade sem remédio, e ***passa a ser alegre, corridinho, como uma lufada de ar fresco que nos inspira a transformar as nossas práticas, talvez essa mudança não se expanda, e surja apenas em alguns recantos mais luminosos e esclarecidos. A meu ver, essas 'cordas' a tocar passam pelos seguintes aspetos, que passo a enumerar:***

- a clarificação consistente entre os conceitos de avaliação e o de classificação de modo a que não haja lugar a equívocos com implicações nas práticas;
- a articulação permanente entre os processos de aprendizagem, avaliação e ensino, de modo a que aconteçam ao mesmo tempo;
- a adoção de um referencial de avaliação, que contenha princípios de avaliação que nos orientem a ação e incluam as principais dimensões a que qualquer avaliação deve obedecer: rigor, utilidade e justiça;
- a intensificação da reflexão profissional e a valorização e abertura à mudança;
- a valorização de uma cultura de colaboração na escola, que favoreça a reflexão e o questionamento de conceções e práticas em uso, quer as nossas, quer de outros;
- a promoção da partilha e debate de boas práticas à luz dos princípios de avaliação adotados, que contribua para a sua disseminação alargada;

- a reconfiguração de papéis pedagógicos, que permita criar ambientes onde haja espaço para interações frequentes e diálogo entre todos, professor e alunos e entre alunos, onde se desenvolvam tarefas promotoras da aprendizagem colaborativa e da reflexão;
- a contextualização da ação pedagógica, atenta às necessidades dos alunos, em função dos seus ritmos e estilos de aprendizagem;
- dar voz aos alunos: ouvir as suas opiniões e tê-las em consideração, promover
- autoavaliação e desenvolver processos de negociação;
- dar feedback aos alunos que seja útil, prioritariamente focado na tarefa;
- estabelecer critérios de avaliação que guiem e regulem a aprendizagem, sempre que possível consensualizados com os alunos.

Se conseguirmos tocar e cantar este fado juntos, então vamos com certeza democratizar o espaço de aula, cuidando de todos os alunos, levando a que todos tenham oportunidade para progredir nas aprendizagens ao seu ritmo e de acordo com as suas capacidades, e a que as suas vozes sejam realmente ouvidas, porque tidas em consideração nos momentos de decisão. Se isso acontecer, podemos transformar a escola num espaço onde a aprendizagem profissional com os pares seja uma realidade, isto é, onde se crie uma verdadeira cultura de colaboração profissional, essencial para a mudança.

Escola com alma

Essa será uma escola com alma. Uma escola onde seja possível instalar um clima de confiança e diálogo que contrarie a cultura de isolamento que persiste na escola, descongelando a rigidez das relações profissionais e abrindo as portas do pensamento a novas perceções, não aceitando como inevitável que as coisas são como são. Uma escola onde a liderança crie as condições essenciais para que o trabalho colaborativo se desenvolva, disponibilizando tempo nos horários dos professores que queiram dedicar tempo à reflexão pedagógica conjunta e à produção de materiais. Uma escola onde haja vontade e consciência da necessidade de mudar e que valorize a inovação que nasça no seu interior, que contribui para que a escola seja um lugar significativo, um espaço de liberdade e democracia. Uma escola que se transforme numa verdadeira comunidade de aprendizagem. Assim, levantam uma escola com alma todos aqueles que acreditam que é possível levantar uma escola com alma e não arranjam mil desculpas para não o fazer. Resistentes que levantam uma escola com alma não se resignam a aceitar o que não é democrático, o que não é justo, o que é imposto e não tem sentido, ou como diz Vieira (2014: 27), trata-se de “lutar no sentido de contrariar o que torna a educação irracional, injusta e insatisfatória”. Em especial no caso da avaliação das e para as aprendizagens, é muito importante que o debate e a reflexão alargada na escola permitam ter a consciência de que a avaliação não pode ser um mistério, com contornos indefinidos, à maneira do fado vadio. Pelo contrário, deve ser transparente, e como tal, criar menos ansiedades

e solidão, ser um espaço de diálogo que nos permite melhorar quer a aprendizagem, quer o ensino. Não se pode reduzir a um momento, um ponto final no quotidiano da sala de aula, mas antes deve estar presente em todos os momentos em que haja oportunidade, e esses momentos também se criam, com tarefas adequadas. Deve ser um processo que favorece a aprendizagem, levando os alunos a refletirem sobre os seus erros para os compreenderem e poderem corrigir. Deve permitir transformar a sala de aula num espaço de partilha de saberes, de responsabilidade pela aprendizagem, de prazer em estar com os outros em momentos de construção colaborativa de aprendizagens, que favorecem a sua consolidação e se tornam em momentos inesquecíveis, e como tal, momentos e aprendizagens para a vida.





Referências Bibliográficas

- Álvarez Méndez, J. M. (2002). Avaliar para conhecer, examinar para excluir. Porto: Edições ASA.
- Barreira, C. & Pinto, J. (2005). A investigação em Portugal sobre a avaliação das aprendizagens dos alunos (1990-2005). *Investigar em Educação*, (4), 21-105.
- Basto, O. (2010). Colaboração profissional na (re)construção de conceções e práticas de avaliação. Um estudo de caso na disciplina de Matemática. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho, Braga.
- Basto, O. (2014). (Re)pensar e (re)fazer a avaliação das aprendizagens. Narrativas de experiências pedagógicas. Braga: Cadernos, Escola e Formação do Centro de Formação Braga/Sul. Disponível em <https://www.cfaebragasul.com/publicacoes?pgid=jqwpslau-7cb39233-d5b7-46b7-ba89-d8dbae284b36>
- Basto, O. (2017). (Re)pensar e (re)fazer a avaliação das aprendizagens: o papel da supervisão colaborativa em contexto escolar. Tese de doutoramento. Braga: Universidade do Minho.
- Basto, O. (2021). A Rota da Inovação nas Práticas Avaliativas. In A. P. Vilela (Org.), *Flexibilidade e interações educativas para rumos (des)iguais. Um olhar longitudinal até aos tempos de pandemia. Tomo I – Conceções e Reflexões* (pp. 127-151). Braga: Cadernos, Escola e Formação do Centro de Formação Braga/Sul. Disponível em https://issuu.com/cfaebragasul/docs/ebook_vers_10_tomo_i-compactado
- Fernandes, D. (2006). Para uma teoria da avaliação formativa. *Revista Portuguesa de Educação*, 19(2), 21- 50.
- Fernandes, D. (2009). Avaliação das aprendizagens em Portugal: investigação e teoria da actividade. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, (9), 87-100.
- Fernandes, D. & Gaspar, A. (2014). Avaliação das Aprendizagens: Uma Síntese de Teses de Doutoramento Realizadas em Portugal (2001-2010). *Revista Meta: Avaliação*, 6(17), 199-222.
- Fernandes, D., Machado, E. A., & Candeias, F. (2020). Para uma avaliação pedagógica: dinâmicas e processos de formação no projeto MAIA (2019-2020). Lisboa: Ministério da Educação/Direção- Geral de Educação.
- Freire, P. (2008). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Nóvoa, A. (2019). Os Professores e a sua Formação num tempo de Metamorfose da Escola. *Educação & Realidade*, v. 44. (3), e84910, Porto Alegre.
- Perrenoud, P. (1999b). Não mexam na minha avaliação! Para uma abordagem sistémica da mudança pedagógica. In A. Estrela & A. Nóvoa (Orgs.), *Avaliações em educação: novas perspectivas* (pp. 171-190). Porto: Porto Editora.
- Vieira, F. (2014). *Re-conhecendo e transformando a pedagogia: histórias de supervisão*. Santo Tirso: De Facto Editores.

Aconteceu...

Teve lugar nos dias 24 E 25 DE OUTUBRO o **IV ENCONTRO ANUAL DA SECÇÃO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO SOB O TEMA: DESAFIOS DO DIGITAL PARA A EDUCAÇÃO.**



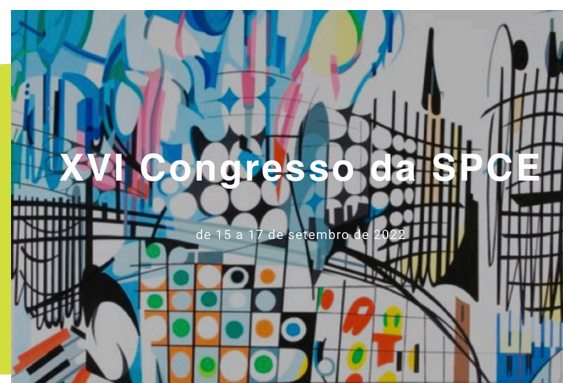
LES PRATIQUES ÉVALUATIVES DANS UNE ÉCOLE INCLUSIVE - A Association pour le Développement des Methodologies d'Évaluation en Éducation) ADMEE- secção do Líbano organizou esta formação, gratuita e online, nos dias 21 E 28 DE OUTUBRO.

No dia 6 DE DEZEMBRO, em formato online/via Zoom, **O WEBINAR EDUCATION AT A GLANCE – DESIGUALDADES NO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL E NO BRASIL**, que teve como oradores António Teodoro (Universidade Lusófona), Leandro Almeida (Universidade do Minho) e Claisy Marinho (Universidade de Brasília).



XVI CONGRESSO DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

- «Educação e Cidades: Tempos, espaços, atores e culturas» foi o tema do congresso, que decorreu de 15 A 17 DE SETEMBRO DE 2022, a partir da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa.



I Conferência Nacional: Formação Inicial de Educadores/as de Infância e Professores/as Realidades e Perspetivas em Debate

23 de setembro de 2022

Formação online gratuita

Realizou-se no dia 23 DE SETEMBRO, no Auditório José Araújo da Universidade Lusófona em Lisboa, a **I CONFERÊNCIA NACIONAL FORMAÇÃO INICIAL DE EDUCADORES/AS DE INFÂNCIA E PROFESSORES/AS: REALIDADES E PERSPETIVAS EM DEBATE.**

Brevemente...



34^E COLLOQUE INTERNATIONAL DE L'ADMEE-EUROPE

Colóquio internacional,
Bélgica, de 3 a 5 de Abril de 2023.

Todas as informações em:
<https://www.admee2023.be/>

“L'ADMEE est une association internationale francophone qui réunit des chercheurs, enseignants, formateurs, cadres et autres personnes intéressées par les questions d'évaluation en éducation et en formation. L'évaluation des acquis des élèves, l'évaluation des formations, des dispositifs, des outils, des programmes et l'évaluation des systèmes de formation... sont autant de thèmes qui motivent nos échanges, nos rencontres et nos productions.

Thématique et axes du congrès

Evaluation des apprentissages:
continuités et ruptures...

L'évaluation des apprentissages est une phase complexe et cruciale, aussi bien dans le domaine de l'éducation

que dans celui de la formation. Cette phase peut être mise en relation avec les notions de continuité et de rupture et ce de plusieurs façons. D'abord, l'évaluation des apprentissages peut permettre d'identifier la présence de ruptures et/ou de continuités. Par exemple, l'analyse et la comparaison d'épreuves externes peut permettre de repérer des ruptures dans une (ou plusieurs) discipline(s) et/ou entre niveaux d'apprentissage (Duroisin & Demeuse, 2016; De Croix & Ledur, 2010). Plus encore, l'évaluation peut permettre d'instaurer des continuités, de limiter des ruptures existantes et/ou de considérer certaines ruptures pour impulser des changements. Par exemple, l'évaluation diagnostique, puisqu'elle permet de dresser le profil de l'apprenant (ses lacunes, ses capacités...), offre l'occasion de répondre spécifiquement à ses besoins (Desrochers & Glickman, 2008) en instaurant une continuité entre le profil de l'apprenant et les activités d'apprentissage qui lui sont proposées. Enfin, l'évaluation peut faire elle-même l'objet de ruptures ou de continuités selon la manière dont elle est

construite, utilisée... De cette manière, elle peut être, par exemple, à l'origine de ruptures de contrat didactique (Gérard, 2013).

Lors du 34^e colloque de l'ADMEE-Europe, il est proposé aux communicants d'examiner les relations pouvant exister entre l'évaluation des apprentissages et les notions de continuité et de rupture. Les travaux présentés favoriseront le débat à propos de ce lien dans de multiples situations d'évaluation des apprentissages, pouvant varier selon le niveau d'analyse, les objets évalués, le contexte spatio-temporel étudié ou encore les supports utilisés pour mener l'évaluation.

-Cette analyse des évaluations des apprentissages peut être menée à un niveau macro (ex.: les évaluations externes comme outil d'identification des ruptures dans le système éducatif ; la question des évaluations externes peut aussi être considérée en regard du contrat didactique), à un niveau méso (ex. les outils de pilotage mis en œuvre dans les établissements scolaires pour favoriser le continuum) et à un niveau micro (ex.: exploration de ruptures pouvant exister entre les pratiques d'apprentissage et d'évaluation mises en œuvre par les enseignants, dans l'enseignement ordinaire ou dans l'enseignement spécialisé, dans l'enseignement technique ou professionnel).

-L'évaluation des apprentissages peut également porter sur de multiples objets: savoirs, compétences, acquis d'expérience... Elle peut par ailleurs faire référence aux apprentissages

académiques (ex.: outils d'évaluation des apprentissages disciplinaires ou transversaux lors de la formation d'enseignants), à des apprentissages réalisés dans le champs de la formation initiale ou continue (ex. développement personnel et/ou professionnel, Fagnant et al., 2017) et ce quel que soit le domaine de formation concerné (ex. : psycho-social, enseignement, agriculture, sportif, médical, paramédical, culture...). Elles pourront également concerner des apprentissages non-formels (voire informels) réalisés tout au long de la vie, c'est-à-dire des apprentissages dont la prise en charge ne relève pas d'une structure d'enseignement officielle et qui ne fait pas l'objet d'une accréditation ou d'une évaluation externe (contextes communautaires, clubs, associations...).

-Les contextes dans lesquels sont réalisées les évaluations d'apprentissage peuvent être variés et ces variations peuvent permettre de relever des continuités et des ruptures entre plusieurs contextes spatiaux (différences entre pays, régions...) ou temporels (période de crise sanitaire, réformes scolaires, différents temps académiques...).

Enfin, les supports utilisés pour évaluer peuvent être divers, avec notamment la possibilité d'exploiter les technologies (intelligence artificielle, simulation des déplacements et/ou des gestes professionnels, MOOC, blended learning...).

Le colloque propose d'alimenter les débats scientifiques sur les relations entre l'évaluation des apprentissages

et la notion de continuités/ruptures, et ce au travers de cinq axes thématiques définis ci-dessous:

Axe 1: Evaluation des apprentissages tout au long de la vie: continuités et ruptures

Comment dépasser certains obstacles pour parvenir à évaluer les apprentissages tout au long de la vie (y compris dans l'enseignement supérieur et pas spécifiquement dans le domaine scolaire)? Comment évaluer la continuité des apprentissages en considérant le développement des apprenants? Comment tenir compte du développement des apprenants dans l'identification des contenus à évaluer? Comment assurer la qualité de l'évaluation des apprentissages? Quels outils pour évaluer les (futurs) professionnels afin d'assurer la continuité entre formation et profession? Ce sont là autant d'exemples de questions qui peuvent être associés à cet axe portant sur l'évaluation des apprentissages tout au long de la vie.

Axe 2: Evaluation des apprentissages dans une perspective (neuro)cognitive: continuités et ruptures

Les travaux issus du domaine des sciences cognitives, notamment en neurosciences éducatives, puisqu'ils portent sur la compréhension des liens entre les processus neuronaux et l'apprentissage, permettent d'enrichir la réflexion sur l'évaluation des apprentissages. Au travers de cet axe, il est, par exemple, question d'investiguer les obstacles relatifs à l'utilisation de certains outils

d'évaluation pouvant s'avérer en rupture avec le fonctionnement neuro-cognitif des individus évalués. On peut aussi se questionner sur la rupture ou la continuité entre le travail effectué en laboratoire et les pratiques de classe mais également s'interroger sur la manière dont l'évaluation du fonctionnement cognitif des apprenants peut permettre d'instaurer une continuité entre le fonctionnement cognitif et les apprentissages à venir.

Axe 3: Evaluation des apprentissages dans une perspective didactique : continuités et ruptures

Comment l'évaluation peut servir à la détection ou au dépassement de certaines ruptures de contrat didactique? Quelles ruptures didactiques peuvent être engendrées par certaines pratiques d'évaluation? Quel regard didactique poser sur le continuum et les sauts conceptuels des contenus rencontrés dans les évaluations externes ou internes? Ces questions et bien d'autres pourront être investiguées dans cet axe présentant des recherches menées dans une perspective didactique.

Axe 4: Evaluation des apprentissages dans une perspective pédagogique : continuités et ruptures

Les communications présentées dans cet axe viseront à interroger les relations entre l'évaluation des apprentissages et la notion de continuités/ruptures dans une perspective pédagogique. Des questions telles que 'Comment penser l'évaluation (en termes de pratiques

et d'outils) pour favoriser la continuité pédagogique des apprentissages?', 'Quelles continuités et/ou ruptures entre les évaluations des apprentissages en présentiel ou en distanciel?' ou 'Quelle évaluation des apprentissages pour déjouer les ruptures dans les systèmes d'enseignement et/ou de formation?' seront présentées et débattues dans cet axe.

Axe 5: Evaluation des apprentissages et orientation: continuités et ruptures

Cet axe propose aux communicants d'investiguer le domaine de l'orientation en lien avec l'évaluation des apprentissages et la notion de continuités/ruptures. Il peut notamment être question d'investiguer les manières de mettre en œuvre l'évaluation des apprentissages pour mieux accompagner et orienter l'apprenant (qu'il soit élève, étudiant, jeune adulte et/ou adulte en reprise d'études).



Duroisin, N., & Demeuse, M. (2016). Le développement de l'habileté de visualisation spatiale en mathématiques chez les élèves âgés de 8 à 14 ans. *Petit x*, 102, 5-25.

De Croix, S., & Ledur, D. (2010). Comprendre et accompagner les élèves en difficulté de lecture au début du secondaire. Une recherche-action en didactique de la lecture littéraire. Thèse de Doctorat, Université de Louvain-la-Neuve.

Desrochers, A. et V. Glickman (2007). Criteria for the evaluation of reading assessment tools. National Strategy for Early Literacy. London, ON: Canadian Language and Literacy Research Network.

Gérard, F.-M. (2013). L'évaluation au service de la régulation des apprentissages : enjeux, nécessités et difficultés. *Revue française de linguistique appliquée*, XVIII, 75-92. <https://doi.org/10.3917/rfla.181.0075> Fagnant, A., Etienne, R., Mottier Lopez, L., & Hindryckx, M. N. (2017). L'évaluation comme objet d'apprentissage et comme outil de développement professionnel dans le cadre de la formation des enseignants. *Evaluer. Journal international de recherche en éducation et formation*, 3(1-2), p. 77-98."

In <https://www.admee2023.be/>

XXX COLÓQUIO DA AFIRSE PORTUGAL

«Espaços educativos – políticas, práticas, atores e aprendizagens» é o tema do XXX Colóquio da AFIRSE Portugal, que se realizará de 25 a 27 de janeiro de 2023, em Lisboa.

Para mais informações, por favor consultar: <http://afirse.ie.ul.pt/>



A **Association Francophone Internationale de Recherche Scientifique en Education (AFIRSE)** é uma organização de carácter científico com sede em França e com secções em diferentes países, como é o caso de Portugal, Brasil, Canadá, México, Bélgica, entre outros.

Como se pode ler no site internacional da AFIRSE, é uma organização que “a pour buts le développement de la recherche scientifique en éducation, résolument située dans une perspective critique, et la diffusion et l’utilisation des résultats de cette recherche, en vue d’améliorer les conditions

de l’éducation ainsi que l’ensemble des activités et pratiques éducatives.”

A secção portuguesa da AFIRSE, desde 2014 designada de AFIRSE PORTUGAL, está sediada no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, em cujas instalações têm lugar os eventos que realiza, com particular saliência para os colóquios nacionais realizados anualmente.

VII CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO/X CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

“Política e Gestão da Educação. Temas críticos no Espaço Ibero-Americano” - Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, nos dias 6, 7 e 8 de fevereiro de 2023.

Mais informações em: <https://fpaept.wixsite.com/vii-ciapae>



Os congressos têm como tema central a “Política e gestão da educação: temas críticos no espaço ibero-americano” e são promovidos pelo Fórum Português de Administração Educacional (FPAE), pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e pelo Fórum Europeu de Administradores da Educação na Espanha (FEAE).

EIXOS TEMÁTICOS:

Eixo 1: Políticas de avaliação e prestação de contas em educação

Eixo 2: Políticas de inclusão, diversidade e direitos humanos

Eixo 3: Políticas de gestão, direção e liderança das escolas

Eixo 4: Políticas e práticas de formação e trabalho docente

Eixo 5: Políticas e gestão da educação superior

Eixo 6: Políticas curriculares, qualidade da educação e gestão pedagógica

Eixo 7: Políticas de financiamento e gerencialismo na educação

XII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

Coimbra de 4 a 6 de abril de 2023

Mais informações em: <https://xii-congresso-aps.eventqualia.net/pt/2023/inicio/>

**SOCIEDADES
POLARIZADAS ?**

**DESAFIOS
PARA A
SOCIOLOGIA**

**XII CONGRESSO
PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA**

4 - 6 ABRIL 2023

CONVENTO DE SÃO FRANCISCO — FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Associação
Portuguesa de
Sociologia



Sugestão de leitura

Escolas a Construir Futuro E-book

Coordenação dos Membros da SPCE:
Cristina Palmeirão
José Matias Alves



O mundo mudou muito. Há novos problemas a bloquear a convivência entre gerações. Daí a necessidade de prosseguirmos o debate sobre a educação e o seu impacto na vida de cada um de nós. Esforço que se tem vindo a fazer. O princípio e a finalidade são, sempre, potenciar o compromisso ético relativo à missão do sistema educativo. Nesse desígnio, abrem-se as portas a todas as experiências,

articulam-se medidas, planos e programas de promoção para o ativar a cidadania coletiva. Trabalho que as escolas portuguesas têm vindo, paulatinamente, a construir. Pois, só no local, com as agências, com os autores é que é possível a construção de sentido, de oportunidade, de comunidades mais coesas e mais fraternas.

<https://www.uceditora.ucp.pt/pt/22-educacao>

ÍNDICE

Construir comunidade, construir futuros compartilhados

Cristina Palmeirão e José Matias Alves

Recuperar aprendizagens - a partir da ética do cuidado

Paulo Jorge Pereira Antunes

Sustentabilidade e territorialização da educação

Fernando Paulo Sousa

Uma comunidade que descobre o que lhe importa

Maria Luísa Barrosa Monteiro Coelho e Sandra Cristina Barreira Morais

Preparando el Futuro. Los Nuevos Retos del Liderazgo para el Aprendizaje

Mireia Tintoré

De Aver-o-Mar para A-Ver-o-Mundo

Carlos Manuel Gomes de Sá

Princípios e práticas para a refundação da escola

José Matias Alves

Implementação de novas diretivas de avaliação: desafios para os professores das escolas na Suécia

Laila Niklasson

Conhecimento profissional docente: Contributo para uma reflexão

Rui Trindade

Discipuli Vox - A voz dos alunos do Agrupamento de Escolas de Fajões

Isabel Loureiro, Cristina Folgado e Marco Martins

O currículo do lado das pessoas. Contributos para uma operacionalização

Fátima Braga

Sugestão de leitura

Escolas que fazem a Diferença

E-book

Coordenação dos Membros da SPCE:
Cristina Palmeirão
José Matias Alves



A escolaridade de sucesso é a que resulta de processos dialógicos, de relações pedagógicas positivas e interativas, onde professores e alunos assumem o paradigma das escolas que fazem a diferença nos modos de ensinar, de fazer aprender, saber e saber ser. Nesse desafio, as escolas (agrupadas e não agrupadas), em particular as TEIP (Territórios Educativos de Intervenção

Prioritária), vêm repensando as suas ações e estratégias de ensino e de aprendizagem, promovendo processos de inovação e de mudança educacional para, continuamente, promoverem o sucesso educativo, implicando de forma efetiva os alunos na construção do seu projeto educativo e, concomitantemente, no desenvolvimento do seu território e das suas comunidades.

<https://www.uceditora.ucp.pt/pt/22-educacao>

ÍNDICE

Escolas que fazem a diferença

Cristina Palmeirão e José Matias Alves

Como organizar a escola no pós-pandemia

José Verdasca

Organizar a escola na pós-pandemia. Propostas para o Ensino Experimental das Ciências

Jorge Teixeira

A (re)organização da escola no pós-pandemia: um compromisso partilhado na construção de uma escola inclusiva

Adélia Maria Leal Lopes

Como organizar a escola no pós-pandemia: o que podemos aprender com o passado recente

Teodolinda Magro – C

Para a inscrição curricular da avaliação pedagógica. O foco na melhoria das aprendizagens dos alunos

Fátima Braga

Abordagem à avaliação pedagógica - exercício autossustentado e contextualizado de consciencialização formativa

José Alexandre de Sá Pacheco,
Humberto Óscar Parreira Nascimento e
Ana Paula Fernandes de Jesus Moura

Aprender integrando – um caso prático

Célia Campelo e Manuela Miranda

A formação de professores em Tertúlia Pedagógica Dialógica

Manuela Gama, José Alexandre de Sá Pacheco e Humberto Óscar Parreira do Nascimento

Tertúlias Literárias Dialógicas numa escola de 1.ºCiclo

Lurdes Roque

10 Desafios para a ação educativa. Notas para um fecho de seminário e abertura de horizonte

José Matias Alves

Sugestão de leitura

(Re)pensar e (re)fazer a avaliação das aprendizagens: o papel da supervisão colaborativa em contexto escolar

Olga Maria de Sá P. Basto



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Olga Maria de Sá Pinto Basto

(Re)pensar e (re)fazer a avaliação das aprendizagens: o papel da supervisão colaborativa em contexto escolar

Tese de Doutoramento em Ciências da Educação
Especialidade em Supervisão Pedagógica

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Isabel Flávia Gonçalves
Fernandes Ferreira Vieira

janeiro de 2017

<http://hdl.handle.net/1822/48635>

Está disponível no Repositório da Universidade do Minho a tese de doutoramento da Professora Olga Maria de Sá Pinto Basto, (Re)pensar e (re)fazer a avaliação das aprendizagens: o papel da supervisão colaborativa em contexto escolar.

Recorde-se que este trabalho já tinha sido sugerido no IntervIRE n.º 3 – 2.º semestre de 2017, mas pela sua importância e pelo artigo de fundo da autora neste número foi considero pertinente recordar.

“Apesar dos avanços teóricos e legislativos no campo da avaliação formativa das aprendizagens na escola, as práticas de avaliação continuam aquém do desejável, importando reforçar a formação de professores e aliar a investigação ao seu desenvolvimento profissional e à inovação pedagógica. O presente estudo, realizado na especialidade da supervisão pedagógica com incidência na avaliação das aprendizagens, visou promover a reconstrução de conceções e práticas de avaliação através da supervisão colaborativa, concretizando-se na dinamização e avaliação de uma ação de formação contínua na modalidade de Círculo de Estudos, intitulada (Re)pensar e (re)fazer a avaliação das aprendizagens, onde a investigadora assumiu o papel de formadora e cujos participantes foram sete professores de diferentes disciplinas e níveis do Ensino Básico do seu agrupamento de escolas. Os objetivos de investigação, aliados ao desenvolvimento profissional para a inovação das práticas, eram: conhecer e analisar conceções e práticas no âmbito da avaliação das aprendizagens; identificar áreas problemáticas da avaliação das aprendizagens (dificuldades, dilemas, paradoxos, constrangimentos); desenvolver e avaliar experiências de avaliação formativa com potencial transformador; avaliar o impacto da supervisão colaborativa no desenvolvimento profissional e na transformação das práticas de avaliação. O estudo enquadra-se num paradigma interpretativo da investigação educacional, assumindo a forma de estudo de caso de natureza descritiva e interpretativa, em que o caso

coincide com o Círculo de Estudos, ilustrando o potencial da supervisão colaborativa na reconstrução de conceções e práticas de avaliação, através do questionamento dessas conceções e práticas e do desenvolvimento de experiências de avaliação formativa. As estratégias de recolha de informação junto dos participantes foram o inquérito (por questionário e entrevista) e a produção de documentos profissionais (registos reflexivos, planos de intervenção, narrativas de experiências, relatórios da ação). A investigadora registou notas de campo e redigiu um diário de investigação. A análise da informação foi essencialmente de natureza qualitativa. Com base na análise e triangulação da informação recolhida, conclui-se que uma formação reflexiva, experiencial e colaborativa pode contribuir para: expandir a compreensão dos princípios da avaliação formativa; promover uma aproximação das práticas a estes princípios; desocultar constrangimentos, dilemas e contradições que afetam a avaliação; criar um sentido de comunidade que contraria o isolamento profissional. Os resultados do estudo revelam que é possível explorar a avaliação formativa em diferentes contextos, e que a formação pode elevar a consciência crítica dos professores face a possibilidades e constrangimentos dessa avaliação, assim como reforçar a sua predisposição para a mudança. Embora circunscrito a um caso, o estudo pode contribuir para uma maior compreensão do papel da supervisão colaborativa na construção de uma avaliação mais formativa nas escolas.”

Sugestão de leitura

Avaliar para Aprender: Fundamentos, práticas e políticas

Domingos Fernandes



A massificação e a diversificação da população escolar foram importantes conquistas sociais e obrigaram a modificações profundas nos sistemas de educação e de formação. No entanto, não foi ainda possível garantir que o fundamental do currículo fosse o desenvolvimento dos processos mais complexos de pensamento dos alunos mediante resolução de problemas, interação com situações problemáticas da vida real, da coleta, análise, interpretação e apresentação de dados ou da realização de experiências de natureza diversa. E menos ainda que a avaliação do trabalho dos alunos fosse utilizada para ajudá-los a melhorar

sua aprendizagem, para ajudá-los a aprender com compreensão, para ajudá-los a ser mais autônomos e responsáveis na avaliação de seu próprio trabalho e mais capazes de assumir responsabilidades no desenvolvimento de suas aprendizagens. A avaliação das aprendizagens pode ser entendida como todo e qualquer processo deliberado e sistemático de coleta de informação, mais ou menos participativo e interativo, mais ou menos negociado, mais ou menos contextualizado, acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer em uma diversidade de situações.

Sugestão de leitura

Vinte e Cinco Anos de Avaliação das Aprendizagens: uma síntese interpretativa de livros publicados em Portugal

Domingos Fernandes

VINTE E CINCO ANOS DE AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS: UMA SÍNTESE INTERPRETATIVA DE LIVROS PUBLICADOS EM PORTUGAL

Domingos FERNANDES¹

Introdução²

A investigação que se apresenta e discute neste artigo faz parte de um projecto mais amplo que tinha como finalidade descrever, analisar e interpretar as produções teóricas e as investigações desenvolvidas em Portugal no domínio da avaliação das aprendizagens. Trata-se de uma síntese elaborada a partir da revisão de literatura de natureza empírica e de literatura de natureza mais teórica e reflexiva, constante em teses de doutoramento, em dissertações de mestrado, em livros e em artigos publicados em revistas científicas. Desde o início do projecto, em Maio

¹ Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

² O projecto em que se enquadra a investigação que aqui se apresenta e discute tem sido financiado pela Unidade de Investigação & Desenvolvimento de Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Agradeço na pessoa do seu Coordenador, Professor Doutor Rui Canário, todo o apoio concedido.

Sugestão de leitura

Escolas a Construir Futuro E-book

Júlio Pedrosa (coordenação), Carlinda Leite, Maria João Pires da Rosa, Isabel Pinho, Carla Vieira, Paulo Marinho.
Fundação Calouste Gulbenkian.



(estudo lançado em finais de novembro de 2022).

A presente publicação contém os resultados de um estudo conduzido por investigadores externos à Fundação Calouste Gulbenkian, sob a coordenação de Júlio Pedrosa, pelo que as conclusões ou opiniões nele veiculadas são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Sumário Executivo:

“O conhecimento e uso informado da Avaliação de Aprendizagens pelas Instituições Educativas contribui para o desenvolvimento das múltiplas aprendizagens a promover pela Educação Escolar e para cumprir os fins para ela desejados. A evidência recolhida em vários contextos internacionais e contactos nacionais, associada às escolhas feitas em Portugal e consagradas na Legislação, permitiu sistematizar um conjunto de recomendações que podem apoiar medidas que contribuam para que a avaliação das aprendizagens seja verdadeiramente formativa.

Recomendação 1.

Promover a recolha, a análise crítica e a sistematização de casos internacionais que permitam conhecer as exigências e requisitos para uma bem-sucedida implementação da Avaliação Formativa e da Avaliação Sumativa no dia-a-dia das escolas e jardins-de-infância, bem como a adequada articulação entre estas duas formas de Avaliação de Aprendizagens.

Recomendação 2.

Usar a recolha e análise de Casos Internacionais e dos contributos de Agências com forte intervenção em Avaliação Educacional, que o Estudo apresenta, para iluminar a preparação de uma estratégia capaz de apoiar as correspondentes medidas de concretização.

Recomendação 3.

Estruturar uma iniciativa de avaliação do envolvimento de Portugal no PISA, PIRLS e TIMSS, com especial atenção aos modos como são usados os resultados obtidos, para que possa ser promovida a otimização do envolvimento de Portugal nestes programas e para que esse envolvimento tenha como efeito uma melhoria considerável no uso dos resultados.

Recomendação 4.

Sistematizar, em documento de fácil acesso, as boas práticas de Avaliação de Aprendizagens em contextos internacionais que interessam ao País, no qual se inclua o trabalho que as Agências Internacionais desenvolvem e o modo como distintos países usam esses contributos.

Recomendação 5.

Planear e acompanhar práticas de Avaliação de Aprendizagens nas escolas, que promovam uma vigorosa sustentação e uma adequada articulação da Avaliação Formativa com a Avaliação Sumativa.

Recomendação 6.

Implementar e consolidar um Plano Nacional de Avaliação de Aprendizagens orientado no sentido de uma Avaliação Formativa bem articulada com a Avaliação Sumativa.

Recomendação 7.

Garantir que a formação inicial e contínua de educadores e professores promove uma base teórica sólida e uma experiência refletida sobre a Avaliação de Aprendizagens.

Recomendação 8.

Instituir apoios tutoriais em iniciativas de formação, conduzidas em Instituições Educativas, em que especialistas em Avaliação de Aprendizagens trabalhem com educadores e professores na sua concretização.

Recomendação 9.

Promover intervenções que apoiem pais, encarregados de educação e outros grupos de interessados numa adequada e positiva cultura de avaliação que tenha efeitos na compreensão do valor de integrar Avaliação Formativa e Avaliação Sumativa.

Recomendação 10.

Identificar e mapear a investigação relevante sobre a Avaliação de Aprendizagens em Portugal capaz de apoiar decisões políticas e práticas em Instituições Educativas.”

Ficha Técnica

Diretor: Jorge Morgado

Composição e Redação: Rui Osório

Morada: Rua das Hortas nº16 e 18, 9054-506 Funchal

Telefone: 291 145 510 | Email: intervire@madeira.gov.pt

ISSN: 2184-397X

Distribuição: Gratuita, disponível em <https://madeira.gov.pt/ire>